

O **Turismo** na Produção Social do **Espaço Rural** Contemporâneo: Novas Procuras e a Emergência da **Nobilitação Rural**

LUÍS MENDES * [luis.mendes@ceg.ul.pt]

Resumo | Ao longo das últimas décadas é visível um aumento da procura, consumo e frequência das áreas rurais portuguesas, essencialmente por populações urbanas ou não rurais. Tal aumento inscreve-se nas transformações das sociedades contemporâneas em geral, e das áreas rurais em particular, e resulta da consolidação de um modo de produção e apropriação do espaço rural como bem de consumo e como património comum. O espaço rural afirma-se como espaço de reserva de recursos e bens ambientais e também como espaço de memória e de herança cultural. O objectivo que preside a este breve ensaio é o de procurar compreender como a reinvenção e a idealização do passado rural revelam o princípio de patrimonialização através da redescoberta de novas funções (uma segunda vida trazida pela nobilitação rural). Este processo é sustentado por operações de invenção, encenação e simulação de uma singularidade local e de uma continuidade histórica inerentes aos espaços rurais, suportando, assim, a emergência de novas procuras residenciais.

Palavras-chave | Patrimonialização, Nobilitação Rural, Espaço Rural, Cultura de Consumo, Estetização da Vida Social.

Abstract | During the last few decades, an increase in the demand for, consumption of and visits to the Portuguese countryside has been witnessed essentially on the part of the urban or rather, the non-rural population. This increase is tied up with the changes contemporary society in general and the rural areas in particular are undergoing. It is the outcome of the consolidation of a mode of production and appropriation of the rural space as a consumer good and as common heritage. The rural space has asserted itself as a reserve of environmental resources and goods as well as a storehouse of memory and cultural heritage. The aim of this brief essay is to try and understand how reinventing and idealising country life in the past, throws light on the principle of patrimonialisation through rediscovering new roles (a second life brought about by rural gentrification). This process is sustained by means of inventing, staging and simulating a local feature and by contriving historical continuity inherent to rural spaces, thus providing the basis for cultivating new residential demands.

Keywords | Patrimonialisation, Rural Gentrification, Rural Space, Consumer Culture, Aesthetisation of Social Life.

* **Mestre em Estudos Urbanos** pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e **Investigador** no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa.

1. Introdução

O turismo tem sido uma actividade em franco progresso, prevendo-se que continue a crescer consideravelmente nos próximos anos. É reconhecido oficialmente pelas suas potencialidades como factor de desenvolvimento, em várias escalas, da local à nacional. São, com efeito, múltiplos e de grande visibilidade os seus impactos, directos, indirectos e induzidos. Actividade transversal, global, de fronteiras fluídas, interfere nos tecidos económicos e sociais, nas dinâmicas demográficas e do emprego, no património natural e cultural, nos comportamentos das populações e na ocupação, ordenamento e gestão dos territórios. Anima o mercado dos produtos e serviços locais, viabilizando o tecido empresarial e os mais diversos ramos profissionais. Não surpreende, assim, que tenha vindo a conhecer uma crescente integração nos programas de desenvolvimento territorial e sectorial, nomeadamente nos que dizem respeito em concreto à (re)dinamização do espaço rural. É lhe amplamente reconhecido o papel capital que detém na conservação e gestão da diversidade de paisagens e na recente produção social do espaço rural, mormente das aldeias e pequenos lugares, do património edificado que lhes é característico, com os seus traços arquitectónicos próprios que são, aliás, motivo de atracção turística. Aquele papel aparece reforçado no caso das áreas mais marcadamente interiores, rurais, em fase avançada de rarefacção económica e populacional. Do turismo esperam-se contribuições importantes na revitalização económica e social, na valorização dos patrimónios e dos produtos locais de qualidade, fonte de receitas, na manutenção de serviços básicos e de condições suficientes de acessibilidade, mesmo quando mobiliza clientes que pouco permanecem e apenas se fixam em certos períodos (Cavaco, 1995a, 1995b, 1996b, 1998, 2001).

Neste contexto, as novas modalidades de turismo relacionadas com os espaços rurais e naturais assumem um potencial de crescimento considerável, apresentando-se como resposta às vivências,

preocupações e necessidade de sectores da sociedade culturalmente mais exigentes e como alternativa ou complemento do turismo dito de massa, associado a frequentes problemas de sustentabilidade. Numa conjuntura de abandono e depreciação do mundo rural, as actividades associadas ao turismo podem constituir mais um elemento a ter em conta para o desenvolvimento destes espaços. O turismo surge como uma das novas funções do espaço rural e constitui uma das actuais prioridades estratégicas do desenvolvimento rural pelo papel que poderá ter na preservação do potencial cultural e ambiental das áreas rurais deprimidas e no relançamento do seu desenvolvimento socioeconómico. Assim se criam novas oportunidades regionais e locais e se alimentam novas dinâmicas de desenvolvimento (Simões, 2003).

Por conseguinte, as áreas rurais têm sofrido diversas transformações na sua base económica, ao adquirirem novas dimensões como espaços de recreio, lazer e turismo, ao mesmo tempo que se afirmam como espaços de reserva de recursos e bens ambientais e também como espaços de memória e herança cultural. Tal tem estimulado a procura e o uso destes espaços por residentes e visitantes não rurais. Com efeito, ao longo da última década é visível um aumento da procura, consumo e frequência das áreas rurais portuguesas, essencialmente por populações urbanas ou não rurais. Tal aumento inscreve-se nas transformações das sociedades contemporâneas em geral – e da sociedade portuguesa em particular – e resulta da consolidação de um modo de produção e apropriação do espaço rural como bem de consumo e como património comum. Ao rural *produtor* de alimentos substitui-se crescentemente o rural de *consumo* multifuncional. As áreas rurais instituem-se crescentemente como espaços multifuncionais, quer pelo reconhecimento da reduzida função económica da actividade agrícola e da sua importante função social, quer pela ênfase oficial na diversificação das actividades económicas. Muito particularmente das associadas ao recreio e ao lazer, como resposta às novas procuras e consumos de que aquelas áreas

são actualmente alvo e como tentativa de promover o seu desenvolvimento (Figueiredo, 2003a; Valente e Figueiredo, 2003). Trata-se de fazer dispersar pelo espaço rural uma procura por novos espaços turísticos, fragmentada, difusa, apoiada nos padrões de mobilidade contemporânea, altamente fluída e “líquida”, à qual é subsidiária uma crescente diversidade e fragmentação sociais (incluindo dos próprios estilos de vida) que, por sua vez, se desmultiplica numa diversificação das motivações dos deslocamentos.

2. Novas procuras, novos produtos imobiliários e a emergência da nobilitação rural

Revisitar o conceito de espaço é, actualmente, fundamental. Primeiro porque as relações sociais de produção têm uma existência social enquanto existência espacial, isto é, projectam-se concretamente no espaço. Em segundo, porque o encurtamento das distâncias, associado a uma importante compressão espacio-temporal, decorrente do desenvolvimento acelerado dos meios de comunicação e transporte, estimula estratégias globais, sob o signo da reestruturação do sistema económico, no sentido de alterações na organização da produção assentes na desintegração vertical, fragmentação das linhas de montagem e desenvolvimento de estratégias de subcontratação.

Estas alterações são, em última análise, responsáveis pelo processo de nobilitação rural¹, subjacente aos novos produtos imobiliários que emergem em espaço rural, pois estimulam a desconcentração do capital produtivo do centro para a periferia e estão na base da formação do “rent gap” (Smith, 1987). Este processo diz respeito ao incremento da diferença entre a actual renda capitalizada dado o presente uso do seu solo e a renda que potencialmente poderá a vir a ser capitalizada, tendo em conta a sua localização. No caso da aglomeração urbana, para Smith (1987), é precisamente o movimento de saída de capital para os subúrbios e o consequente surgimento do fenómeno “rent gap” no espaço urbano central que, segundo o autor, cria maiores oportunidades económicas para a reestruturação urbana dos bairros centrais e para o investimento público e privado na reabilitação e recuperação do seu parque habitacional. Fenómeno de ocorrência quase universal em todas as cidades das sociedades de capitalismo avançado. Este processo que tem sido alvo de enfoque preferencial por parte dos estudos urbanos recentes, tem ganho também alguma relevância nos estudos rurais.

Ainda que de forma embrionária, alguns autores têm vindo a registar que o espaço rural conhece também, e à semelhança das áreas urbanas interiores, uma revalorização deste género: “It will be argued that any of the arguments advanced in urban studies have quite clear rural parallels, parallels that extend beyond processes of revitalization into the cultural constructions of space. [...] a number of studies have identified a series of parallels between studies of rural socio-economic change and urban gentrification” (Phillips, 2004: 13). Cavaco (2003a) refere-se também a estes aspectos quando defende que um dos estímulos mais significativos ao Turismo em Espaço Rural (TER) diz respeito ao vazio funcional que os territórios rurais viram acentuar nos últimos anos, em virtude do processo de despovoamento e abandono a que têm estado votados. Existem importantes patrimónios imobiliários de base agrícola que se encontram subutilizados ao longo

¹ ou “rural gentrification”, como tem surgido na literatura científica recente (ver Phillips, 1993, 1998a, 1998b, 2002, 2004). O termo “gentrification” tem origem no termo “gentry”, que podemos traduzir literalmente por “pequena nobreza” ou “pequena aristocracia”. Os textos de língua francesa, continuando a usar o conceito no seu idioma original, referem-se-lhe como se tratando de um processo de “embourgeoisement”. Em Portugal, e uma vez que não abundam os estudos sobre o fenómeno, um dos primeiros problemas com que nos defrontámos foi, precisamente, a dificuldade da sua tradução fiel. Partindo do pressuposto de que estava à partida afastado o uso do anglicismo e neologismo “gentrification”, adoptou-se o sinónimo “nobilitação urbana” recomendado por Teresa Barata Salgueiro.

do ano, cuja função residencial se mantém associada à agricultura, embora de pequena escala e a tempo parcial, por vezes mesmo de tempos livres e até de ócio. A sua continuidade como residência, também parcialmente, depende largamente das dinâmicas dos mercados fundiários e imobiliários e dos preços oferecidos. Para a actual geração proprietária estes patrimónios ainda são apreciados, tendo por base os valores praticados nos anos 70 e 80, em contextos de forte pressão inflacionista e de especulação imobiliária, em virtude da grande procura de imóveis por parte das recentes gerações de emigrantes. No dizer de Nave (2003), forjou-se uma imagem do meio rural como um espaço socialmente vazio.

Cavaco (2003a) lembra ainda o papel primordial das novas procuras de raiz urbana, nacionais e internacionais, na viabilização de projectos diversos de recuperação do casario de lugares e aldeias, estimulando a reutilização do mesmo por funções residenciais e complementares por parte das famílias proprietárias. Como será desenvolvido mais adiante, os espaços rurais têm vindo a adquirir importância para a sociedade em geral, principalmente pelos “não-rurais”. A redefinição de ruralidade e a percepção de que as áreas rurais constituem uma alternativa de qualidade de vida, resultou na atribuição de funções de reserva e salvaguarda do ambiente/natureza a estas áreas. São sobretudo os residentes urbanos, os principais defensores e visitantes das áreas rurais e de todo o potencial natural que estas possuem.

Tal como no caso da nobilitação urbana, trata-se de uma recentralização selectiva, alimentada por novas procuras, promotora de uma crescente revalorização e reutilização física e social dos contextos rurais, indiciando, por conseguinte, novos processos de recomposição da sua textura socio-espacial. Esta tendência encontra-se, por um lado, associada à recomposição do sistema produtivo, cuja evolução se pauta por uma crescente terciarização e pela emergência de um novo modelo de acumulação capitalista mais flexível que reconhece no (re)investimento no espaço rural – de

capital imobiliário, e na sua circulação – uma mais-valia. Por outro lado, radica na reconfiguração da estrutura social sob o signo de uma condição rural pós-moderna – aqui entendida como um conjunto articulado de mudanças culturais nas experiências e práticas rurais quotidianas – indissociavelmente ligada a uma cultura de consumo e à estetização da vida social. A globalização da cultura, na sequência da internacionalização da economia e do desenvolvimento dos transportes e dos meios de comunicação, a par da introdução de novos modelos de vida, vem também transformar os estilos de vida dos actores sociais, assim como as suas aspirações e formas de intervenção no espaço rural, contribuindo para questionar a permanência de determinados contextos sociais tradicionais com forte peso de uma cultura local própria.

O espaço rural insere-se nestes contextos socio-espaciais, pois, ainda que receptáculo de enraizadas e antigas manifestações e tradições culturais, tem, nos últimos anos, assistido a profundas alterações no seu tecido social com a chegada de novos moradores/visitantes, portadores de um estilo de vida próprio, adeptos de conceitos culturais alternativos (?) aos urbanos. É neste quadro que surge o conceito de enobrecimento rural ou de nobilitação rural, processo pelo qual alguns grupos se têm tornado centrais para o meio rural, quando o tornaram num “lugar central” para si mesmos, não só do ponto de vista de uma localização residencial privilegiada, mas também do uso que dele fazem, especialmente da sua apropriação como marca de centralidade social (emprestada paradoxalmente pela marginalidade alternativa do espaço rural abandonado), pelo poder simbólico que confere e pela distinção social que permite.

Referimo-nos, em concreto, às designadas “novas classes médias”, população que é protagonista de um movimento de nobilitação que redescobre no valor histórico e/ou arquitectónico dos espaços rurais e novos aldeamentos a capacidade de se reinventar social e culturalmente. Se bem que o alojamento ou a residência rural até há pouco tempo

fosse entendido como vetusto, desactualizado, pouco prático, incapaz de garantir condições de vida aceitáveis à luz dos padrões actuais, ao que parece tem vindo a aparecer, pouco a pouco, como a resposta mais adequada às críticas dirigidas aos conjuntos urbanos concebidos segundo os modelos propostos pelo urbanismo e arquitectura modernos.

É óbvio que aqui se está a referir um processo de apropriação de residências (secundárias?) nos meios rurais, o que não se deve confundir com a prática turística, até porque se insere num processo mais específico de expansão urbana. Ainda assim na literatura dos estudos urbanos, as residências secundárias são identificadas como domicílios particulares de uso ocasional, ou seja, residências que servem esporadicamente de moradia, geralmente nos finais de semana ou períodos de férias, seja para descanso ou lazer. A definição de residência secundária está geralmente associada ao lazer de fins de semana e de temporada de férias. Normalmente a residência secundária está localizada próxima de áreas urbanas, de propriedade particular, e cuja residência principal está situada noutra área. Todavia, este processo de definição conceptual de residência secundária é reconhecidamente complexo, sendo que alguns autores nele revêem também os alojamentos turísticos particulares, utilizados temporariamente nos momentos de lazer, por pessoas que têm domicílio permanente noutro lugar. O turismo, conceito relativamente impreciso na própria definição da Organização Mundial do Turismo (OMT), é aqui entendido apenas como migração de lazer com duração superior a 24 horas. Ora, neste sentido, rapidamente se percebe que o turismo não é novo nos espaços rurais. Basta remeter para finais do século XIX, o retorno anual das elites urbanas e fundiárias às suas quintas para retemperamento ou práticas de actividades desportivas de caça e/ou equitação, prolongando tradições seculares. O retorno sazonal às quintas ou a áreas de apropriação fundiária era uma constante, embora a finalidade destes retiros no campo fosse muito mais de enquadramento da exploração

agrícola do que de recreio, não obstante a mudança de ares e de rotinas e alguma actividade lúdica.

O que é relativamente recente e diferente nas práticas turísticas contemporâneas em espaço rural é que elas estão intimamente relacionadas com o processo de reestruturação económica regional nos espaços rurais e que têm na sua matriz de origem, novas procuras sociais, enquadradas num contexto cultural e identitário a que alguns se referem como pós-moderno.

3. Diversificação funcional e a invenção do mundo rural não-agrícola como reserva natural e patrimonial

Fruto de um certo movimento de retorno às origens, às tradições, às raízes, aos autênticos modos de vida (pré-modernos?), à relação com a Natureza, ao bucolismo dos meios campestres; os espaços rurais têm vindo a ser revalorizados e objecto de uma procura crescente por parte das populações saturadas do “stress” urbano (Simões, 2003). «Largamente configurado como crítica ao modelo urbano-industrial dominante de sociedade e seus valores, como expressão de sentimentos anti-urbanos, este movimento de revalorização do mundo rural dá, em grande medida, corpo à necessidade de encontrar contrapontos, antídotos e compensações, face à crescente artificialidade, insegurança, standardização, impessoalidade, saturação, dos modos e contextos de vida urbanos» (Ribeiro, 2003: 200). Estes malefícios inspiram nas populações urbanas sentimentos nostálgicos pelos meios rurais, crescentemente representados como última reserva do que se suspeita ter perdido. Assim, busca-se os antípodas dos modos de vida que o meio urbano engendrou: a estabilidade, a continuidade, a autenticidade, a tranquilidade, a diferença, a humanização das relações, o contacto com a Natureza. Convém deixar clara a ressalva de que as representações do meio rural que

hoje caracterizam o imaginário das populações urbanas, remetem claramente para os domínios da mitologia, afastando-se da realidade, processo que é alimentado pelos meios de comunicação social e pelo *marketing*.

Se bem que o turismo rural não se defina apenas como uma simples reacção às condições de vida das cidades, tidas por repulsivas por alguns, nem uma fuga e evasão compensatórias de modos de vida sentidos como alienantes, com ritmos quotidianos repetitivos e esgotantes; é indubitável que para um número reduzido (no caso português, de forma significativa apenas ao nível do mercado interno de procura) mas crescente de turistas, os espaços rurais “são um mundo novo, de descoberta e de aventura, de isolamento, retiro, introspecção, encontro consigo próprio, reavaliação da própria vida” (Cavaco, 2003b: 27). Se o mapa do turismo nacional revela, com efeito, permanências das principais direcções e intensidades dos fluxos, demonstra igualmente algumas recomposições espaciais e a afirmação de periferias marginais.

A concentração espacial da procura e a homogeneização da oferta turística geraram a necessidade de formas alternativas e diferentes de turismo, no sentido de uma maior harmonia na valência natural, social e local. Perante os custos ou as limitações do turismo de massas, convencional, fordista, porque organizado “industrialmente”; afirmam-se novas procuras diferenciadas, flexíveis, responsáveis e sustentáveis, muito selectivas em termos económicos e em valores e comportamentos pessoais. Assim, a procura de lugares pouco saturados e com qualidade ambiental, propiciadores do contacto com o meio natural e da integração com a cultura local, configura os espaços rurais como destinos privilegiados dos fluxos turísticos de carácter alternativo. À medida que se dá a difusão dos valores urbanos e se consolida a urbanização contemporânea, o desenvolvimento generalizado da cultura urbana e industrial leva à necessidade de recriar as relações com a Natureza, uma natureza idilizada. As transformações das áreas rurais,

sobretudo motivadas pela expansão da urbanização e da industrialização — os símbolos máximos do progresso e da modernidade — e marcadas por um período de declínio que é proteiforme e que se reveste de vários aspectos que estão interligados (“crise do mundo rural”) em conjunto com as transformações sociais mais globais, originaram movimentos a favor da preservação das áreas rurais. Isto ocorreu em paralelo a um movimento de crítica a um processo de desenvolvimento que propunha (ou impunha mesmo?) a massificação e a homogeneização da sociedade e a perda ou a degradação de valores culturais, sociais e ambientais (Walsh, 1992).

Deste modo, a ruralidade começa a ser gradualmente entendida e representada socialmente como “reserva moral e natural”. Isto é, já não a ruralidade como sinónimo de uma condição de oposição, negação, obstáculo ou marginalização relativamente ao progresso e à modernidade, mas antes estando associada à valorização das diferenças do local, ao autêntico e ao genuíno. À imagem de “atraso” das áreas rurais associa-se uma representação de maior contacto com uma natureza mais intacta e a relativa permanência e resistência de valores morais e de tradições culturais.

Segundo Figueiredo (2003b), nas últimas quatro décadas, a sociedade portuguesa, à semelhança das sociedades dos países de capitalismo avançado, sofreu transformações importantes, que não deixaram de condicionar, quer a estruturação dos espaços rurais, quer as representações sociais sobre os mesmos. A autora sublinha, de forma sintética, que a maior parte das áreas rurais passaram de espaços (im)produtivos de alimentos, a espaços-reserva de qualidade ambiental, espaços de conservação da natureza e das memórias do passado.

Nave (2003) defende que a própria função de “reserva de espaço” deixa de dizer respeito às necessidades de expansão física das actividades e do crescimento urbano ou da produção agrícola e florestal, mas começa a aparecer vinculada a outras necessidades, de que sectores importantes

das populações urbanas fazem exigência sua, designadamente como factor de “reserva ecológica”. Ao mesmo tempo, aliás, que à própria agricultura se começou a exigir a função adicional de conservação da paisagem e da natureza. Emerge assim, a partir de meados dos anos 80, a ideia de um mundo rural sem função produtiva directa e autónoma, marcada por visões centradas na ideia de património e que vieram estruturar uma nova geração de medidas de intervenção e de política de desenvolvimento rural que apontavam para a possibilidade de espaço rurais não agrícolas, assentes em requisitos ambientais, mas, simultaneamente, na crença de satisfação das expectativas de qualidade de vida das populações locais. De facto, as áreas rurais vêm hoje sendo alvo do que se poderia designar de processos sociais de “naturalização” do espaço rural. A frequência com que estes espaços são procurados por um número crescente de utilizadores, para os quais não detêm nenhuma finalidade produtiva, está na base de uma profunda transformação da definição e representação social de espaço rural na sociedade e cultura contemporâneas. Isto porque, doravante, encontrar-se-á associado à ideia e à proliferação de práticas de lazer baseadas no contacto directo com a natureza.

Em paralelo, com uma diversificação funcional do mundo rural, marcada pela complementaridade dos seus usos e funções, surgem atenções crescentes conferidas pelas entidades reguladoras do território que potenciam as suas virtualidades sociais, económico-funcionais e simbólicas. Deste modo, “rural gentrification can be seen to involve not simply the revalorization of spaces formerly used by agrarian and other rural capitals for residential development but also, as with urban space, for retail, leisure and even industrial uses” (Phillips, 2004: 14).

Esta invenção do mundo rural não-agrícola tem várias componentes, sendo que uma delas relaciona-se com a recente prioridade social e cultural de defesa e conservação do património. As áreas rurais passaram de pré-modernas – assim designadas pelo

ainda predomínio de características, tais como: uma maior e mais harmoniosa ligação entre o homem e a natureza, o maior apego às tradições locais e até mesmo um certo atraso socio-económico – a pós-modernas. Foram iniciadas num percurso característico da condição pós-moderna: imaginário de recuperação da simbiose entre homem e natureza, espaço e modo de vida rurais enquanto bens de consumo e o apagamento do carácter produtivo das áreas rurais, percepção do rural e das tradições que lhe são típicas como “espectáculo” e como “cenário” pronto a consumir. Portela (2003) explica como o espaço rural, da indiferença, passou à apropriação, ao consumismo e à festa. Portanto, a par das tradicionais funções produtivas (agrícola, silvícola, extractiva ou industrial), a emergência de um novo quadro funcional para o espaço rural surge em resposta às procuras sociais e novos consumos inspirados por valores que alguma ciência social contemporânea denomina de pós-materialistas: expectativas e necessidades de camadas sociais urbanas na posse de elevado grau de capital cultural. Estas compõem as novas procuras do espaço rural, nele reconhecendo um largo campo de acção e investimento social e simbólico, representado pelos valores patrimonialistas (culturais ou naturais).

4. Considerações finais: a ruralidade como espaço de memória ou a reinvenção patrimonial das identidades e dos lugares rurais

Neste ensaio procurámos compreender como, da marginalização relativamente aos modelos de desenvolvimento urbano-industriais, os espaços rurais passaram a constituir-se como espaços centrais nos novos paradigmas de desenvolvimento, uma vez que preenchem valores e concepções crescentemente defendidos pelas sociedades pós-modernas, como a autenticidade e a relação com a natureza e com as tradições.

Os meios rurais conheceram no pós-guerra, e mais particularmente nos países mais desenvolvidos, transformações profundas. Estas terão, em muitos casos, conduzido ao “desaparecimento” de localidades tipificadas como rurais. Esta desvalorização, simultaneamente, física e simbólica é sustentada, quer por fluxos aglutinadores do crescimento humano e económico em áreas urbanas e suburbanas, quer por movimentos de despovoamento e de abandono dos meios rurais. O cruzamento das duas tendências contribuiu para estabelecer uma crise profunda e prolongada caracterizadora dos espaços rurais contemporâneos, registada a múltiplos níveis: economia e formas de organização social e espacial, paisagens, ideologias, modos de vida, de habitar e de trabalhar. E é à luz desta crise que nos surge com toda a pertinência a tese da histeria do património e da reinvenção do passado em meio rural.

A transformação do espaço rural e a urbanização galopante suscitarão uma grande sensibilidade relativamente ao rural, àquilo que o tipifica e à própria natureza, quer junto das instâncias governamentais, quer entre a opinião pública em geral. Nos diferentes ramos do ruralismo parecem encontrar-se caminhos de acesso a lugares alternativos, com uma cultura suficientemente próxima, mas propícia à descoberta. Este interesse pelo rural acentuou-se à medida que o rápido crescimento urbano faz emergir reivindicações e aspirações ligadas à natureza e ao ambiente, e manifesta-se através de fenómenos, tais como: as segundas habitações, novas formas de lazer e turismo ou, de forma mais radical, através de estratégias de mobilidade residencial (Peixoto, 2002).

O Projecto da Modernidade confundiu progresso com a tábua rasa das tradições pré-industriais o que gerou um movimento homogeneizador generalizado de descaracterização cultural. A Pós-Modernidade tem estado associada a movimentos de resistência ou, pelo menos, de contra-tendência, conduzindo à reinvenção da autenticidade da matriz cultural específica do local, em paralelo com a revalorização

do sentido de lugar e com a reterritorialização das identidades individuais e grupais. Desta tendência decorre a importância crescente que o património tem vindo a ganhar em diversos quadrantes da actividade humana. É, neste contexto, que o interesse pelo património (arquitectónico, urbanístico, histórico e cultural), antes circunscrito às elites, parece ter-se democratizado, tornando-se um eixo estruturante dos valores sociais e culturais da pós-modernidade, ao mesmo tempo que se “sacraliza” e “mitifica” na memória colectiva enquanto produto de consumo turístico excepcional e autêntico. Daí que um número crescente de autores tenha vindo a criar enfoque na articulação estabelecida entre turismo, património e consumo, insistindo, sobretudo, na ideia de como elemento entendido enquanto recurso económico, criador de emprego e gerador de riqueza, o património cultural e histórico se pode converter num recurso económico importante.

A reinvenção do passado proporciona o forjar de referências culturais estáveis (mesmo que simuladas), gerando um sistema coerente de sentidos organizados que permitem à sociedade lidar com o ritmo frenético da inovação e da mudança. O impulso nostálgico é, portanto, uma reacção à compressão espaço-temporal característica da condição pós-moderna do território. É neste enquadramento que se deve perceber a tendência geral de revalorização do passado e da história, inerente à histeria do património associada à redescoberta da ruralidade. A hipótese central que se defende é que esta requalificação parece prefigurar um processo em que o rural é recodificado pelas suas funções de reserva de memórias do passado e das tradições e de reserva ambiental, sendo protagonizada predominantemente pelos não rurais, indo ao encontro de um simbolismo ambiental e cultural de “paraíso perdido” (Monteiro, 2003).

Este contexto tem vindo a suscitar uma tendência de patrimonialização do espaço rural, através da reabilitação e revalorização social da ruralidade. E o turismo constitui, seguramente, uma das mais explícitas e demonstrativas traduções de tal

tendência. Este é um aspecto teórico de máxima importância para compreender o papel que a actividade turística desempenha na recomposição funcional e económica pela qual têm passado os espaços rurais nas últimas duas a três décadas.

Referências bibliográficas

- Cavaco, C., 1995a, Turismo rural e desenvolvimento local, in Cavaco, C., (org.), *As Regiões de Fronteira, Inovação e Desenvolvimento na Perspectiva do Mercado Único Europeu*, EPRU 43, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 351-401.
- Cavaco, C., 1995b, Rural tourism: the creation of new tourist spaces, in Montanari, A., Williams, A., (org.), *European Tourism. Regions, Spaces and Restructuring*, John Wiley & Sons, Nova Iorque, pp. 127-149.
- Cavaco, C., 1996a, Turismos de ontem e de hoje: realidades e mitos, in Cavaco, C., (org.), *Turismos e Lazeres*, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 1-13.
- Cavaco, C., 1996b, Turismo rural e desenvolvimento local, in Rodrigues, A.B., (org.), *Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais*, Editora Hucitec, São Paulo.
- Cavaco, C., 1998, Turismo(s) de ontem e de amanhã, *Economia & Prospectiva*, Vol.1(4), pp. 61-78.
- Cavaco, C., 2001, O mundo rural português: desafios e futuros, in Rodrigues, A.B., (org.), *Turismo Rural: Práticas e Perspectivas*, Editora Contexto, São Paulo, pp. 15-33.
- Cavaco, C., 2003a, «Habitares» dos espaços rurais, *Revista da Faculdade de Letras do Porto - Geografia*, vol. XIX, pp. 47-64.
- Cavaco, C., 2003b, Permanências e mudanças nas práticas e nos espaços turísticos, in Simões, O., Cristóvão, A., Castro Caldas, J., (org.), *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra, pp. 25-38.
- Figueiredo, E., 2003a, Entre o vivido e o desejado: o papel do ambiente na nova dicotomia rural/urbano, in Portela, J., Castro Caldas, J., (org.), *Portugal Chão*, Celta Editora, Oeiras, pp. 149-166.
- Figueiredo, E., 2003b, Quantas mais «aldeias típicas» conseguimos suportar? Algumas reflexões a propósito do turismo como instrumento de desenvolvimento local em meio rural, in Simões, O., Cristóvão, A., Castro Caldas, J., (org.), *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra, pp. 65-81.
- Monteiro, N., 2003, A patrimonialização do espaço social rural e o património edificado: algumas notas, in Portela, J., Castro Caldas, J., (org.), *Portugal Chão*, Celta Editora, Oeiras, pp. 217-230.
- Nave, J.G., 2003, O rural e os seus duplos, in Portela, J., Castro Caldas, J., (org.), *Portugal Chão*, Celta Editora, Oeiras, pp. 129-148.
- Peixoto, P., 2002, Os meios rurais e a descoberta do património, *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, 175.
- Phillips, M., 1993, Rural gentrification and the processes of class colonisation, *Journal of Rural Studies*, Vol.9, pp. 123-140.
- Phillips, M., 1998a, Investigations of the British rural middle classes, *Journal of Rural Studies*, Vol.14, pp. 427-443.
- Phillips, M., 1998b, The restructuring of social imaginations in rural geography, *Journal of Rural Studies*, Vol.18, pp. 121-153.
- Phillips, M., 2002, The production, symbolisation and socialisation of gentrification: impressions from two Berkshire villages, *Transactions of the Institute of British Geographers*, Vol.27, pp. 282-308.
- Phillips, M., 2004, Other geographies of gentrification, *Progress in Human Geography*, Vol.28(1), pp. 5-30.
- Portela, J., 2003, Portugal-Chão: que futuro futurível?, in Portela, J., Castro Caldas, J., (org.), *Portugal Chão*, Celta Editora, Oeiras, pp. 3-33.
- Ribeiro, M., 2003, Espaços rurais como espaços turísticos: reflexões em torno da construção da oferta de turismo em espaço rural, em Portugal, in Portela, J., Castro Caldas, J., (org.), *Portugal Chão*, Celta Editora, Oeiras, pp. 199-216.
- Simões, O., 2003, Turismo em espaços rurais e naturais: um ponto de partida, in Simões, O., Cristóvão, A., Castro Caldas, J., (org.), *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra, pp. 15-23.
- Smith, N., 1987, Gentrification and the rent gap, *Annals of the Association of American Geographers*, Vol.77(3), pp. 462-465.
- Valente, S., Figueiredo, E., 2003, O turismo que existe não é aquele que se quer..., in Simões, O., Cristóvão, A., Castro Caldas, J., (org.), *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra, pp. 95-106.
- Walsh, K., 1992, *The Representation of the Past: Museums and Heritage in the Post-modern World*, Routledge, Londres.